RESSALVA

Atendendo solicitação do autor, o texto completo desta tese será disponibilizado somente a partir de 10/06/2033.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

José Gustavo Viégas Carneiro

A Violência no Espaço Urbano: Uma Crítica Benjaminiana. Estudo de Caso da Cidade de Rio Claro

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia, Área de Concentração Organização do Espaço.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Maria Pintaudi

Rio Claro (SP)
2013

José Gustavo Viégas Carneiro

A Violência no Espaço Urbano: Uma Crítica Benjaminiana. Estudo de Caso da Cidade de Rio Claro

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia, Área de Concentração Organização do Espaço.

Comissão Examinadora:

Profa. Dra. Silvana Maria Pintaudi (orientadora)
Profa. Dra. Ana Fani Alessandri Carlos
Profa. Dra. Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira
Prof. Dr. José Silvio Govone
Prof. Dr. Everaldo Tadeu Quilici Gonzalez

Rio Claro/SP, 10 de abril de 2013.

Dedico, com muito carinho e amor,

à minha esposa Cecília,
aos meus filhos Marília e João,
que sempre compreenderam a minha difícil missão de ser policial e lutar por um mundo mais justo e solidário.

Aos meus pais José Carneiro (in memorium) e Áurea Viégas Carneiro e ao meu sogro Cleso Ferreira Saenz (in memorium) e a minha sogra Teresa Aparecida Vecchiato Saenz que sempre com amor me acolheram em todos os momentos da minha vida.

Agradecimentos

Criar espaços fraternos sempre foi e continua a ser a missão da Profa. Dra. Silvana Maria Pintaudi. Orientou-me a refletir, criticamente, a segurança pública com olhares no espaço urbano. Enriqueceu-me com sua inteligência, cultura e amizade sincera.

As Profas. Dras. Ana Fani A. Carlos e Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira pelas suas valiosas e enriquecedoras contribuições por ocasião da prova de qualificação, instigando-me a ousar e a criar uma reflexão critica sobre as relações entre espaço e criminalidade.

Ao amigo Prof. Dr. Everaldo Tadeu Quilici Gonzalez, mentor por conduzir-me pela pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade Metodista de Piracicaba.

Aos amigos do GestaFUV/DEMAC/IGCE/UNESP de Rio Claro/SP, pela possibilidade em realizar pesquisas academicamente sobre as questões da segurança pública. Em especial agradeço aos Profs. Drs. José Sílvio Govone e Farid Nourani, pelo apoio e critica às minhas atividades acadêmicas e profissionais. A querida Profa. Dra. Maria Cecilia Vecchiato Saenz Carneiro, integrante do grupo, minha razão de viver e acreditar sempre num mundo melhor.

Aos amigos Palminio Altimari Filho e Olga Salomão, Prefeito e Vice-Prefeita de Rio Claro/SP, que me confiaram à valiosa experiência a frente da Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Civil de Rio Claro, além do apoio incondicional para que levássemos avante a presente tese.

Ao geógrafo Jorge Gustavo Falcão e a bacharelanda em Arquitetura Juliene Christofoletti Maluf pelas suas valiosíssimas contribuições na confecção da cartografia da criminalidade do espaço urbano rio-clarense.

Aos amigos Heliane Furquim e Amauri Carvalho, policiais civis, pelas suas contribuições na cessão de informações de dados criminais.

Aos amigos Athiê José Fuzaro, Cmt. GCM José Sepulveda, Danilo Almeida Kuroishi, Marcelo Campos, Rosilda Soares Ribeiro e Elis Regina de Farias,

parceiros na gestão da Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Civil, que em nossa caminhada profissional diária, comprovam ser possível construir um novo paradigma – a segurança social com cidadania.

Aos funcionários da Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Civil pelo trabalho profícuo e honesto em prol da sociedade rio-clarense.

Aos docentes e funcionários do Programa de Pós-graduação em Geografia do IGCE/UNESP, pela fraterna convivência durante a nossa permanência naquele Programa.

Aos Policiais Civis que dedicam as suas vidas na defesa da dignidade e dos direitos fundamentais das pessoas, intervindo nos momentos críticos da sociedade quando a violência sobrepõe à vida, a paz e a liberdade.

PROLEGÔMENOS

Na noite da véspera de Natal, de um dos anos da década de 1990, encontrava-me em serviço no Plantão Policial da Delegacia Seccional quando recebi a notícia de que um homicídio havia acontecido num bairro da região do *Chervezon.* A noite de celebração do nascimento do Salvador, para os cristãos, se transformaria para nós em noite de dor e sofrimento, afastando de nós qualquer alegria ou vontade de se celebrar, mesmo que fosse o Salvador. Qual a salvação?

Nossa reduzida equipe – eu e um investigador de polícia, dirigimo-nos ao local de crime e lá encontramos um jovem pai de família barbaramente trucidado por instrumento contundente. Nossa noite se encheu de sofrimento moral. Deparamo-nos com uma cena dantesca, um local todo ensanguentado. Era o local do calvário contemporâneo em que jazia mais um jovem, em que a família sagrada em pranto velava o corpo do seu amado morto em decorrência da barbárie. É o calvário que se repete a todo instante e em todos os lugares do mundo, com milhões de pessoas sofrendo a dor da violência urbana.

Por dever de ofício, reunimos nossas forças para colher as provas daquele crime como determina o Código de Processo Penal Brasileiro.

O motivo do crime foi fútil, a vítima havia se recusou a entregar o dinheiro *"solicitado"* por três jovens que desejavam comprar "pinga", quem sabe, para comemorar aquela data natalina. Como aqueles pedintes já estavam "endemoniados" pela droga, sem qualquer compaixão ao próximo, levaram a cabo aquela bárbara crueldade, tudo na presença da esposa da vítima e de seus dois filhos, ainda crianças.

A família enlutada foi desnecessariamente encaminhada ao Plantão Policial para formalizar os registros burocráticos da ocorrência policial, desconsiderando os milicianos que já havíamos comparecido naquele local de crime e já realizadas as providências preliminares.

Não acreditando no pior, os filhos da vítima daquele hediondo crime, aos prantos, nos indagavam se o seu genitor retornaria para sua casa para lhes entregar os presentes de natal. Que natal! O presente que lhes restou foi à desgraça e o infortúnio. Covardemente, não tive coragem de dizer aos infantes que o corpo de seu pai jazia na mesa de necropsia do Posto do Instituto Médico Legal de Rio Claro.

Diligenciamos, posteriormente, pelas ruas daquele bairro e com "sucesso" (no jargão policial) conseguimos capturar aqueles homicidas – que ao serem presos não esboçaram qualquer sentimento de arrependimento pelo infame ato de trucidar um ser

humano. Estavam anestesiados pela droga e pela miséria humana daqueles que vivem nas periferias urbanas.

Dispensamos aquela família para que providenciasse as exéquias daquele pobre jovem trabalhador, precocemente morto. Quanto aos criminosos, após a lavratura do auto de prisão em flagrante, foram recolhidos ao cárcere.

Por volta das 04h00min da madrugada do dia de Natal, rapidamente fui até a minha casa com o firme propósito de entregar os presentes natalinos aos meus filhos Marília e João, porém já estavam ambos dormindo pelo avançado da hora. Sem transparecer qualquer tristeza à Cecília – sendo injusto levar-lhe tamanho sofrimento daquela família enlutada, restou-me apenas um breve abraço e beijos, agradecendo ao nosso Deus por estarmos vivos num mundo de tantas barbaridades.

Encerrado o plantão – já na manhã de Natal, imediatamente retornei-me para a minha casa e sou recebido por Marília que, sem o menor piscar de olhos, questionou-me qual o real motivo da minha ausência na festa da véspera do Natal e completou indagando-me se haverá celebração de "todos juntos da véspera do Natal". Não lhe soube responder. O policial não tem como planejar o seu presente e muito menos o seu futuro, somente lhe resta atender as convocações para socorrer e servir a sociedade nos seus momentos mais caóticos.

Aquela atrocidade ocorrida numa data natalina é parte do cotidiano da minha vida e carreira profissional como "chefe de polícia". Esse dia-dia da nossa vida profissional já me custou inumeráveis sessões de análises psiquiátricas e que foram fundamentais para superar a *síndrome do pânico* que me acometeu por longos anos agravada com profunda depressão. Venci a dor e a impotência de ser um "salvador" ou paladino da justiça. Qual justiça?

Todo este sofrimento nos impulsionou a construir novas utopias e desafios que me permitisse compreender e conviver com a multifacetária violência para muito além do contexto policial. São formas terapêuticas que encontramos para vencer a ignorância, o medo e ao mesmo tempo fortalecer nossa crença por um mundo sempre melhor.

Esta nossa postura questionador que avança para além das trivialidades e do pensamento decorrente da *mass media* foram decisivos para que retornasse à Academia buscando aprofundar os nossos conhecimentos científicos e culturais. Nova fase acadêmica, caminhamos pelos programas de pós-graduação na perspectiva de participar e contribuir no processo reflexivo sobre a criminalidade e a violência, bem como na aplicação desses conhecimentos na gestão pública.

Nossa primeira busca foi no mestrado em Direito na Universidade Metodista

de Piracicaba (UNIMEP), área de concentração Filosofia do Direito. O positivismo jurídico não mais me seduzia como também não mais me visualizava como um mero aplicador do Direito. Queria trilhar por novos caminhos em que o Direito fosse uma forma de caminhar ao encontro da libertação e da emancipação das *"periferias"*, ou melhor, *"dos vencidos da história"* – aqueles que não são vistos e nem tem vozes para elaborar seus discursos jurídicos. Simpatizei-me então pela Escola de Frankfurt, em especial, por um de seus pensadores - Walter Benjamin. Enveredo-me pela teoria critica do direito para constatar que o direito positivado estatal não é suficiente para resolver as principais questões da humanidade nestes tempos de crise. É necessário refletir outros discursos – a linguística da *"resistência"* dos oprimidos e cujas histórias foram apagadas pela historiografia oficial como estratégia de se manter sempre o mesmo *status quo.*

O Direito, isoladamente, já não era suficiente para responder as minhas principais angustias decorrentes deste mundo contemporâneo. Encontro-me também com a Geografia que amplia as minhas perspectivas criticas para se pensar com maior amplitude os fenômenos sociais circunscritos num contexto temporal e espacial, permitindo-me reflexões sobre a criminalidade e a violência que atendam o meu atual contexto profissional, o de gestor público responsável por uma secretaria municipal do setor da "segurança pública".

Percebo que o termo "segurança pública" está puído pelo tempo – como sendo um instrumento de Estado para controle social. Avanço para a "segurança social" que não são restringe as questões de "ordem pública". A segurança é pensada para a sociedade e não como expressão ideológica de dominação e controle social.

Esta tese foi elaborada sem que afastássemos de nossas funções públicas e sem o apoio ou fomento de instituições de pesquisa, restando-me apenas a motivação de minha orientadora e minha dedicação e dobrar jornadas, avançando madrugadas afora. A recompensa era vencer o desafio de se pensar a segurança pública com olhares no espaço urbano. Como o espaço urbano é condição para os fenômenos sociais da violência e da criminalidade e como estes fenômenos interagem na produção deste espaço.

As pesquisas realizadas durante o nosso doutorado nos trás imagens dialéticas – números, pontos, mapas, dados, imagens – relacionadas com a criminalidade, que traduzem a barbárie do cotidiano citadino em que incontáveis vidas são ceifadas (a vida não se traduz por números, é muito mais), vidas marcadas por traumas e medos, violências físicas e mentais que vitimam todo ano – somente na cidade de Rio Claro/SP – milhares de pessoas. Esta caótica contabilidade da morbidade violenta e das inúmeras vitimizações decorrente da criminalidade, todo ano, superam milhões de pessoas violentadas.

O importante não é apenas olhar os números e os mapas elaborados durante esta pesquisa – deve-se, sobretudo, refletir de como a violência e a criminalidade atua nos espaços citadinos e em nosso cotidiano. Será que os humanos são todos seres violentos – quer por ação ou omissão?

Os criminosos barbaramente aniquilam física ou moralmente as pessoas como também o faz a violência urbana nas suas infinitas e sutis maneiras, inclusive, perpassando pela disputa da terra, pela ignorância crônica imposta a grande parcela de pessoas, as diversas misérias humanas, pela indiferença, pela segregação, pela discriminação, pelos preconceitos, pelo individualismo exacerbado, pelas exclusões espaciais, pelas doenças endêmicas, pelo abandono e ausência do Poder Público para com os desvalidos... A co-culpabilidade[1] dos Estados-nacionais que descuram com as politicas sociais e priorizam os negócios econômico-financeiros. O Estado que recusa o bem-estar social para enveredar-se na ciranda do lucro – curando-se as imposições do mercado até na elaboração das regras de convivência social.

A cidade como mercadoria, se dissolve para integrar essa engrenagem da reprodução do capital. *Urbi* e *civitas* deixam de existir no espaço citadino.

As pesquisas científicas, como as que resultaram na presente tese, possibilitam-me distanciar do *"super-homem"* (questionado por Nietzsche) que acredita o "ser" policial, preso num mundo dualista em que só existe o acertar ou errar, o legal ou ilegal. O "ser" policial não lhe é permitido errar, tem que acerta em todas as suas decisões e ações – mesmo aquelas que colocam em risco a sua própria vida – considerando que não passa do cumprimento do dever. Quando o "ser" policial erra recebe as pejas de *"*abuso de poder*",* "prevaricador", "arbitrário", "incompetente", etc., mesmo quando não lhe seja disponibilizados os recursos mínimos para desempenhar a sua função pública. Esta possibilidade que a pesquisa nos permite, não é fuga este nosso novo viver – é renascer para revolucionar as ideias conservadoras das organizações policiais por meio da reflexão crítica. É – primeiramente – saber questionar e, posteriormente, contribuir no planejamento e gestão de políticas públicas com viés interdisciplinar – considerando que o crime é apenas um dos tentáculos de uma caótica modernidade.

Sou um ser essencialmente utópico que desde jovem participou ativamente do processo que resultou no Congresso Nacional de Reconstrução da União Nacional dos Estudantes – UNE, nos idos anos de 1979, na Bahia, marco histórico do processo de redemocratização do Brasil. Nossa utopia foi lutar nas entranhas do Poder estatal – no interior

[1] Esta *teoria da co-culpabilidade estatal* nos foi trazida pelo Prof. Dr. Everaldo Tadeu Quilici Gonzalez por ocasião da defesa da tese.

das organizações policiais, para compreender o poder/violência estatal, sem que jamais contrariássemos nossa alma libertária e democrática. Esta minha luta impôs-me sacrifícios, punições e incontáveis prejuízos das mais diversas ordens. Sempre indago se valeu apena esta luta – o de levar outros olhares aos colegas policiais que não se restringisse ao direito positivo e ao direito positivado como controle social.

A resposta encontro na poesia de Fernando Pessoa:

Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu.

Compreendi também que a ciência não é o único caminho para todas as minhas respostas. É necessário viver com poesia, com fé, com amor, com fraternidade, com caridade, com respeito ao outro. Essa busca para além da razão cientifica levou-me a enveredar pelo Curso de Teologia (por mais de cinco anos) que fortaleceu a minha fé num Criador e de que o Paraíso pode ser realizado aqui e agora. Fez-me compreender que no exercício da autoridade policial devo sempre ter em minha mente que *"mais vale o homem do que o pecado que cometeu"*[2]e, esse ensinamento não se leciona nas escolas. O que se leciona é ser *"operário padrão"* que rotinizadamente vive a gerar lucros e que jamais irá usufruir ou ser beneficiário daquela riqueza.

Na Academia da Polícia Civil de São Paulo (ACADEPOL) tenho verificado que seus olhares ainda são maniqueístas com ênfase na "ordem pública" e não na segurança social. Jamais nos satisfizeram esse maniqueísmo científico[3] da ACADEPOL/SP. Direito, criminalística, criminologia devem ser completadas por outros saberes.

As respostas das organizações de segurança quando inquiridas sobre o aumento da criminalidade não ultrapassaram as justificativas relacionadas com o desemprego, a pobreza, as *"brandas legislações penais",* o crime organizado e o tráfico de entorpecente. Assentam-se as *teorias sobre etiquetagem* de pessoas ou grupos, apontando-os,

[2] Esta frase decorreu de um debate entre eu e o frei franciscano (já falecido) Augusto Girotto. Aquelas suas colocações foram fundamentais para refletir e corrigir rumos na minha carreira de delegado de polícia.

[3] O questionamento sobre o maniqueísmo foi introduzido por São Tomás de Aquino – em sua obra Confissões (Conversões) – não aceitando reflexões simplistas que ficam circunscritos apenas em juízos do que seja *certo* ou *errado*. Segundo Aquino: *"o primeiro degrau para a sabedoria é a humildade"* e, avança – *"tenho medo do homem de um só livro".* E necessário converter (diante das novas realidades) todo o dia para que possamos manter nossa essência.

simploriamente, como pessoas suspeitas (justificativa para as abordagens policiais ilegais) ou perigosas. O planejamento e a gestão pública não são matérias curriculares como também não o são a interdisciplinaridade dos saberes, visto que a "geografia da violência" jamais foi realçada como conhecimento científico capaz a contribuir nas investigações dos crimes e na prevenção da criminalidade.

Portanto, descrente da exacerbação da razão como única forma de se fazer ciência, muitas vezes calcado num positivismo científico comtiano e, diante da nossa formação teológica, optamos por enveredar pela critica frankfurtiana, em especial, a de Walter Benjamin, nosso preferencial referencial teórico às nossas pesquisas sobre violência e criminalidade. Benjamin foi capaz de relacionar o marxismo e psicologia, além da teologia quando realça a importância das tradições judaicas como forma de se pensar e refletir a história dos vencidos, resgatando-lhes suas ideias e suas vozes, emprestando-lhes força no pensar e agir no momento presente, rompendo com alienações e sonos oníricos para lhes conferir poderosa força revolucionária que resgata os valores sociais e humanos que foram esquecidos pela modernidade.

Estimulado pelos acadêmicos – diante da minha aguçada persistência em estudar e pesquisar os fenômenos relacionados com a violência e a criminalidade, ingressamos em alguns grupos de pesquisa da UNESP – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", destacando-se o GestaFUV – Grupo de Estudo e Análise dos Fenômeno da Violência Urbana e o LEVS – Laboratório de Estudo da Violência e da Segurança Pública da UNESP/Marília, sendo que neste também pertencemos ao corpo editorial da sua revista eletrônica.

Importante lembrar que no início da década de 2000, fui coordenado e orientado em algumas pesquisas que eram desenvolvidas pela Professora Dra. Silvana Maria Pintaudi no Observatório Territorial da CEA/UNESP/Rio Claro – quando analisávamos os resultados dos trabalhos institucionais das cidades da América Latina com as cidades da Europa, o que me estimulou, pela primeira vez, a enveredar pela Geografia Humana.

A nossa história pessoal, profissional (agora como gestor municipal de políticas publicas de segurança) e acadêmica, levou-me a Geografia, que doravante norteia e sistematiza as nossas pesquisas científicas para uma reflexão critica capaz de construir soluções exequíveis à gestão pública, executando políticas públicas que sejam democráticas de valorização da cidadania como estratégia basilar à redução da violência e da criminalidade. O nosso desafio é também estimular que outros profissionais da segurança pública enveredem por outros saberes e olhares, rompendo com a exclusividade do *direito positivo* e o direito

posto que privilegie – na segurança pública – o controle social pela repressão.

A Geografia pode e deve colaborar na discussão sobre a produção e organização dos espaços urbanos e como se correlacionam com a violência e a criminalidade, propondo novos paradigmas que qualifiquem a cidade como espaço de convivência, integração e solidariedade entre os seus moradores, evitando transformar os espaços em mercadorias cujas fantasmagorias se expressam através de *guetos* e das arquiteturas urbanas *"militarizadas"*, cujo resultado é a exacerbação do individualismo e o perecimento da vida na cidade.

O desafio está lançado!

Resumo

Pensar e planejar a segurança pública brasileira exige reflexões criticas que passem também pelos aportes científicos da Geografia, em especial, do espaço urbano. A cidade é condição e local dos acontecimentos sociais e, portanto, não há crime ou violência que não esteja circunscrito num tempo e território. Os *geógrafos da violência* circunscreveram seus estudos, basicamente, nas dinâmicas espaciais relacionadas com a pobreza, o desemprego e as segregações sócio-espaciais. São estudos que analisados de forma isolada são insuficientes para, geograficamente, conceituar e verificar se um espaço urbano é violento. A relação espaço urbano com a violência e a criminalidade perpassa por interdisciplinaridade de saberes e, considerando que o conhecimento é processo dinâmico, foi adotado os aportes teóricos do pensamento de Walter Benjamin como catalisador para elaborar uma critica científica da barbárie contemporânea que acontece no cotidiano urbano. A releitura do pensamento benjaminiano, com seu *método de montagem* de recortes temporais e espaciais, permitiu releituras e reflexões dialéticas do espaço urbano rio-clarense e da sua violência urbana, cujo resultado foi revelar as suas *fisiognomias* e as *fantasmagorias*. O perambular pelos locais do crime pode apontar indícios ou elementos geográficos e históricos que os relacionem ao espaço/tempo, suas dinâmicas e redes (sociais, econômicas, políticas, etc.). O flanar pela cidade de Rio Claro contribuiu também para evidenciar que o poder/violência, nas suas formas multidimensionais, na concepção benjaminana, é necessário para instituir/manter a (des)organização do espaço urbano, geralmente, adotando um *urbanismo militar* que prioriza a exclusão socioambiental. Neste contexto, sistematizamos aportes teóricos geográficos que, no processo do conhecimento, sirvam para demonstrar se uma cidade é violenta (em seu aspecto negativo), principalmente, quando o crime é consumado a todo instante e, fantasmagoricamente, se transforma num elemento naturalizado no seu cotidiano. Estas reflexões permitiram-nos a construir o conceito de *cidade constelar de crime*, cuja paisagem urbana adquire uma *fisiognomia* com feições da *racionalidade da guerra*, com predominância das arquiteturas fortificadas distribuídas por todo o seu espaço urbano. Este processo de militarizar o espaço urbano e os discursos totalitários somente retroalimenta a violência urbana, sem que efetivas políticas públicas multisetoriais sejam adotadas na segurança pública, desde o planejamento dos espaços urbanos inclusivos, perpassando pela educação e saúde, culminando com as ações próprias de prevenção e repressão das organizações policiais. O *mote* da presente tese foi o olhar critico multidisciplinar para que pudéssemos elaborar uma sistêmica reflexão crítica, tendo por centralidade a Geografia, com objetivo de verificar se uma cidade é ou não violenta. Não é possível pensar a segurança pública brasileira sem que se volte para as questões do espaço urbano.

Palavras-Chaves: geografia da violência, Walter Benjamin, arquitetura militarizada, criminalidade, violência urbana.

Abstract

Thinking and planning the Brazilian public security require critical reflections passing by scientific contributions of the geography, specially the urban space. The city is condition and place of social events and, therefore, there is not crime or violence that is not circumscribed in one time and territory. Geographers of the violence have supported their studies, basically, in the spatial dynamics related to poverty, unemployment and the socio-spatial segregations. They are studies, which analyzed in isolation, are insufficient to geographically conceptualize and verify wheather an urban space is violent. The urban space relationship with urban violence and with criminality pervades by the interdisciplinarity of knowledge, and since knowledge is a dynamic process, it were adopted the theoretical contributions of Walter Benjamin's thought as catalyst to elaborate a scientific critique of contemporary barbarism that happens in everyday urban life. The rereading of Benjaminian's thought, with his method of mounting cutouts temporal and spatial, permitted rereading and dialectical reflections of urban space of Rio Claro city and of its urban violence, which the result was to reveal their fisiognomias and phantasmagoria. The prowl by places of the crime may point geographical and historical indicia or elements that relate them to space / time, their dynamics and networks (social, economic, political, etc.). The stroll through the Rio Claro city contributed also to show that the power/violence in its multidimensional forms, in benjaminian's conception, it is necessary to institute/ maintain the (un) organization of urban space generally adopting a military urbanism that prioritizes socioenvironmental exclusion. In this context, we systematize theoretical geographic contributions that in the process of the knowledge, serve to demonstrate whether a city is violent (in its negative aspect), especially when the crime is consummated at any moment and, ghostly (eerily), becomes an element naturalized in everyday life. These reflections allowed us to build the concept of constelar city of crime, whose urban landscape acquires a fisiognomia with features of the rationality of war, with predominance of the fortified architectures distributed throughout its urban space. This process of militarizing the urban space and totalitarian speeches only feeds back to urban violence, without that effective public multisectoral policies are adopted on public safety, from the planning of inclusive urban spaces , passing through the education and health, culminating with the own shares of prevention and repression of police organizations. The mote of this thesis was to the look critical multidisciplinary so we could develop a systemically critical reflection, and having the Geography as center, aiming to verify if a city is violent or not. It is no possible to think the Brazilian public security without going back to the questions of urban space.

Keywords: geography of violence, Walter Benjamin, architecture militarized, criminality, urban violence.

INTRODUÇÃO

Quem nunca sofreu um ato de violência?

A resposta para a referida questão acompanha a historia da humanidade, considerando que a violência, em suas inúmeras formas de se expressar e agir, sempre fez parte do cotidiano das pessoas. Atualmente, é na cidade que estes fenômenos sociais encontram terreno fértil para acontecer. Não há crime ou violência que não esteja circunscrito num tempo e território. Será que a violência da criminalidade já se encontra enraizada no cotidiano citadino?

Esta tese, na perspectiva interdisciplinar com ênfase na Geografia, tem por finalidade contribuir com o processo de conhecimento sobre a relação entre violência e criminalidade com o espaço urbano.

O principal objetivo desta tese é sistematizar as teorias geográficas que respondam aquelas indagações, além de apresentar um método geográfico capaz de apontar e verificar se uma cidade é violenta no viés da criminalidade, ressaltando-se que esta não deve ser vista como um fenômeno social destacado de uma contextualidade mais ampla – quer despido de um espaço/território ou que não se insira numa territorialidade, tão próprios da reflexão geográfica.

Delimitamos o conceito de criminalidade como sendo o conjunto de crimes cometidos em um dado meio histórico e geográfico. Embora, no Brasil existam escassos estudos geográficos correlacionados com a violência e a criminalidade, não deparamos com estudos que se debruçassem na construção de um arcabouço teórico capaz de conceituar e verificar se uma cidade é violenta e como o espaço é condição para a materialização da criminalidade e como esta interfere na produção do espação urbano.

ADORNO (2011, 9-11) ao analisar o campo de estudo sobre violência e segurança, no Brasil, afirmou que *"é recente se comparada com a tradição de estudos europeus, norte-americanos e canadenses",* embora ressalte que há um *"diálogo entre acadêmicos e operadores técnicos da lei penal [...]",* além da colaboração dos operadores das agências de segurança pública, recentemente, preocupados em apoiar o incremento das pesquisas acadêmicas, construindo novas praticas dialógicas que não fiquem limitadas aos discursos repressivos.

O objeto de pesquisa da Geografia não é – *de per si* – estudar com

exclusividade os fenômenos da violência e da criminalidade, mas também não deve deixá-los de estudar por ser resultante de relações sociais que se materializam num espaço territorial e num determinado momento histórico. A Geografia deve participar dessa reflexão crítica e dos processos que possam gerar conhecimento sobre a violência e a criminalidade, contribuindo na analise sobre as suas causas e determinando como o espaço (lugar/território) pode ser a condição daqueles acontecimentos sociais e como estes atuam na produção e organização espacial das cidades, como também o de auxiliar na busca de soluções consentâneas para minorar os efeitos negativos da violência e da criminalidade.

Corrêa (2001) afirmou que a Geografia tem por um de seus objetos de estudo a ação humana que acaba modelando a superfície terrestre: paisagem, espaço, lugar e território. Consequentemente, a violência e a criminalidade são fenômenos sociais que se realizam num determinado espaço(s) ou território(s), portanto, é uma das facetas da interação homem/espaço que repercute diretamente na produção e organização espacial.

O recorte espacial da Cidade de Rio Claro, analisando suas dinâmicas espaciais, serviu de sustentação para que pudéssemos elaborar uma reflexão teórico-geográfico para conceituar e verificar se uma cidade é violenta sob o viés da criminalidade. Primeiramente, foi necessário responder a duas perguntas fundamentais: A cidade de Rio Claro é ou não uma cidade violenta? Como comensurar – no olhar geográfico – se a cidade de Rio Claro é ou não violenta?

Considerando que o conhecimento é um processo dinâmico, fundamentar-se-á os aportes teóricos desta pesquisa com ênfase na releitura do pensamento de Walter Benjamin[4] que é estruturado na critica interdisciplinar, na presente tese, com opção principal pela análise geográfica.

A estética de Walter Benjamin é feita de narrativas, imagens e citações que iluminam, entre alamedas sombrias, as figuras do herói, do poeta, do passante. E a cidade é o grande palco onde se desenrola o drama de sua modernidade alegórica (SALGADO, 2012, p. 25).

Benjamin com seu consistente método científico foi capaz de revelar as *fisiognomias* e as fantasmagorias das cidades, também moldadas pela violência e a

[4]Entendemos oportunas algumas considerações sobre a obra benjaminiana. No Brasil, a partir dos anos de 1985, seus ensaios e livros são traduzidos para o português e editados. Pesquisas em sistemas acadêmicos comprovam que Walter Benjamin é o pensador frankfurtiano mais divulgado – *pós-morte* – e as suas teorias vem estimulando infindáveis reflexões e reinterpretações que se amoldam perfeitamente aos tempos atuais. Sua extensa obra – interdisciplinar – no ano de 2006, alcançou maior visibilidade no Brasil com a publicação da sua principal obra – *Passagens.* Esta obra benjaminiana foi estruturada no método da montagem de citações, com reinterpretações de Benjamin. Segundo Seligmann-Silva (2007, p. 103), *Passagens* é *"como uma constelação em constante movimento"*, que possibilita ao leitor infindáveis reinterpretações de um mesmo fato ou fenômeno.

criminalidade. Dialeticamente, a violência e a criminalidade são fenômenos sociais circunscritos num contexto histórico e geográfico que não devem ser vistos como totalidades em si. Somente é possível compreende-los de forma crítica se os inserirmos num recorte pertencente a um processo mais abrangente, composto de todas as relações sociais existentes numa sociedade e que ocorrem num espaço/tempo. A totalidade é "a percepção da realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder a sua relação com o conjunto" (LÖWY, 1985, p.16).

O olhar reflexivo benjaminiano sobre a cidade moderna foi elaborada por intermédio de um personagem - *o flâneur*, que descompromissado e distante dos acontecimentos foi capaz de contracenar com as representações: da história, da cultura, da mercadoria, do progresso, da multidão e da cidade surrealista. A rua é a moradia do *flâneur*[5].

Benjamim (1994, p. 188-94) afirmou que "a cidade é o autêntico chão sagrado da *flanerie*", e que o fenômeno da banalização do espaço foi percebido e denunciado pelo *flâneur*.

São dos pequenos detalhes *fisiognomicos*, considerados irrelevantes, que Benjamin revelou os fatos cotidianos que estão impregnados dos perigos da Modernidade. Sua candente critica da cidade foi elaborada a partir das imagens dialéticas e dos fragmentos de citações de outros autores, cuja técnica de montagem foi capaz de revelar as fantasmagorias da Modernidade. "Não tenho nada a dizer [...]. Só mostrar. Não rejeitarei nada de valioso, não usarei nenhuma formulação engenhosa" (BENJAMIN, 1982, p. 674). Seu método de montagem foi "extraindo citações e montando essas citações" (ROUANET, 1992, p. 51) e reinterpretando-as com sua aguçada lucidez.

A missão desta tese é avançar além do olhar do fenômeno da violência circunscrito numa simples entidade topográfica – a cidade de Rio Claro. É necessário inter-relacionar a violência e a criminalidade com todas as dimensões possíveis da paisagem rio-clarense para desvendar as suas relações sociais também presentes na sua arquitetura e urbanística (seu sistema viário e construções), na sua história e, principalmente, "o solo de sua mitologia".

Benjamin, a exemplo de Baudelaire, soube ver Paris com o olhar do alegorista[6], "o primeiro a enfrentar a modernidade urbana, a fazer do choque urbano a

[5]Em Poe o *flâneur* é o homem da multidão. A *flanerie* como meio de apreensão e representação desse novo espaço. Charles Baudelaire, a *flanerie* é o ato de deliberadamente e descompromissadamente vagar pelo espaço urbano, em busca de detalhes escondidos ou imperceptíveis aos olhos mais apressados.

[6] Do grego *allegoria*, significa dizer o outro; é antes um modo de interpretar que vai além das coisas e fatos. Discorreu Benjamin que *"as alegorias estão para o reino do pensamento assim como as ruínas estão para o*

armação estrutural de sua poesia, a absorver em sua obra a pulsação convulsionada das massas, a compreender a dimensão enigmática da cidade" (ROUANET, 1992, p. 51).

A Modernidade, para Benjamin, é uma época dramática, irônica, produtiva ou destruidora em que "os poetas encontram na rua o lixo da sociedade e a partir dele fazem sua crítica heroica" (BENJAMIN, 1975, p.15). São nos detalhes desses lixos materiais: sobras, restos, dejetos, todos encontrados nas ruas, é que Benjamin construiu a *montagem do quebra-cabeça* capaz de revelar todos os demais lixos materiais e morais; reunidos todas as suas peças permitem decifrar os enigmas da modernidade.

Nos lixos morais é que num processo mais amplo, a criminalidade permite revelar suas imbricações com o medo e o sentimento de insegurança, com consequências e mudanças nas relações sócio-espaciais das cidades contemporâneas ao reproduzir inúmeras formas de segregação e discriminações sociais. São fenômenos sociais globalizados e que acontecem em Rio Claro/SP, São Paulo, Los Angeles, Johannesburgo, Buenos Aires, Budapeste, Cidade do México e Miami, como justificativas às novas tecnologias de exclusão social (CALDEIRA, 2003, p. 9) para atender uma economia capitalista de mercado.

Esta montagem de citações nos levou a também refletir sobre a complexidade do ordenamento jurídico brasileiro – com seu poderoso discurso de controle social. Sua correlação com o espaço urbano – diante de sua extensa criminalização de ações e omissões do cotidiano – obrigou-nos a analisar a criminalidade pelo recorte de alguns poucos tipos penais que em sua estrutura contemplasse a elementar da violência física ou moral. Neste contexto, restringimos aos crimes de homicídio (interrupção da vida de uma pessoa por outra) e roubo (subtração de coisa alheia móvel mediante uso de violência ou grave ameaça), com repercussões diretas no medo e no sentimento de insegurança das pessoas e, em muitos casos, acarretam em doenças psíquicas em grande parcela dos citadinos e com implicações também na (re)produção dos espaços urbanos.

Os crimes relacionados com os acidentes de trânsito mereceram atenção especial, que além de crimes são também atos de incivilidades – descumprimento de normas de conduta à convivência em sociedade. O tráfico de entorpecente foi analisado por ser um ilícito penal que depende de uma estrutura ou de uma organização criminosa que impõe mudanças nos hábitos dos moradores dos bairros (territórios) e nas suas espacializações territoriais. Institui territorialidades nos espaços urbanos e impõe práticas discursivas e de convivência social.

---

reino das coisas". In: ***A modernidade e os modernos***, Editora Tempo Brasileiro, 1975; ***Magia e técnica, arte e política***, Editora Brasiliense, 1987.

Deste intrincado processo de produção espacial correlacionados com a violência e a criminalidade é que podemos – num viés critico-analítico, perceber a sutiliza dos embates das restrições impostas pela segurança com a liberdade e vice-versa. O espaço e a violência – como mercadorias – impuseram a vida em comunidade restrições ou até mesmo a privação da liberdade. A tensão entre liberdade e segurança, como também entre comunidade e individualidade – dificilmente será desfeito. Este é o grande desafio das comunidades contemporâneas (BAUMAN, 2003).

Na reflexão critica sobre a produção do espaço urbano como condição de violência e criminalidade e estes com suas implicações com a produção e organização espacial, levaram-nos a utilizar de análises estatísticas e do uso de sistemas de informações geográficas – SIG, fundamentais à confecção de mapas digitais (série histórica de 2007 a 2011). Dialeticamente aquelas imagens (mapas) foram ferramentais importantes que nos permitiu compreender aqueles fenômenos sociais no contexto da (re)produção dos espaços urbanos de Rio Claro e as suas demais implicações de interesse geográfico.

Entendemos oportuno delimitar o conceito de critica que será doravante utilizado no transcorrer desta tese. Bolle (2000, p. 199) defendeu que a crítica é *"uma causa moral"*, justificando que "[...] o compromisso do crítico, em última instância, é com as 'ideais'.[...] Em suma, a arte do crítico seria: tomar partido – sem trair as ideias"[7].

A metodologia adotada nesta tese foi o materialismo histórico marxista. Como a historia é pensada e refletida numa concepção de classes sociais, o nosso olhar será pela ótica dos vencidos, aqueles que foram relegados e condenados ao esquecimento da historiografia oficial, geralmente, os expropriados das terras que nos espaços urbanos foram e são expulsos para os seus bairros periféricos ou as suas extremidades. São violências sutis que refletem direta ou indiretamente na criminalidade urbana, como se verificará adiante.

Neste sentido é que optamos pelo olhar reflexivo de Walter Benjamin que avançou para além da dialética marxista – superando a visada econômica para acrescentar também os olhares: da cultura, da teologia, do urbanismo, como também a visada geografia ao interpretar as *fisignomias* e as *fantasmagorias*, sempre ocultas ou ocultadas, das cidades modernas.

No Capítulo I, apresentamos a discussão conceitual sobre o papel de geografia nas reflexões criticas sobre a violência e a criminalidade, especialmente, a violência urbana na des(organização) do espaço urbano.

[7] Vide: Teses sobre História (Teses VI e XII) de Walter Benjamin.

No Capítulo II, analisamos as estatísticas da criminalidade como ferramenta ideológica de controle social e como correlacioná-las com outras disciplinas científicas, com objetivo de verificar se um espaço urbano é ou não violento.

A espacialização da criminalidade, o "endereço" dos ilícitos penais em Rio Claro/SP, com olhar preferencial da Geografia, foi analisado durante o Capítulo III, servindo de apontamento teórico capaz de indicar e verificar se uma cidade é um constelar de criminalidade, com alta incidência de ilícitos penais, correlacionando-os diretamente com a organização espacial de uma cidade. Mereceu atenção especial às dinâmicas sócio-espaciais do crime no espaço urbano rio-clarense. A violência urbana vai além dos centros urbanos e acaba repercutindo também no campo, merecendo atenção à relação campo-cidade. Neste capitulo, foram analisadas também as outras formas de violência, como as incivilidades e a falta de urbanidade das pessoas.

É importante verificar como o sentimento de insegurança e o medo atua nos processos urbanísticos e na arquitetura dos espaços urbanos. Estas reflexões foram apresentadas no Capítulo IV, bem como o papel das mídias sociais e das tecnologias da informação no processo de subjetivá-los no subconsciente coletivo da sociedade e que, muitas vezes, desencadeiam endêmicas doenças psíquicas, majoritariamente, no espaço urbano.

A formação cultural de uma cidade tem implicações diretas na produção do seu espaço geográfico e a leitura da cidade através das obras culturais são relevantes como releitura possível de todo o seu processo histórico. No capítulo V, a leitura de pequenos detalhes do cotidiano citadino permite (na técnica da montagem benjaminiana) refletir sobre a totalidade de todos os fenômenos sociais que institui, contribui ou se relacionam com a violência urbana.

A teoria benjaminiana da estética do caos e o seu método de recortes de pequenos detalhes (instantes) de um espaço/tempo são aportes teóricos capazes de revelar/traduzir as *fisiognomias* e as fantasmagorias das cidades contemporâneas, portanto, no Capítulo VI, apresentamos a *flanerie* pela cidade de Rio Claro.

Na conclusão, apresentamos os resultados sobre as hipóteses propostas, basicamente, se numa leitura geográfica poder-se-á considerar a cidade de Rio Claro como sendo violenta. Ao final, apresentamos um método geográfico estruturado em critérios teórico-conceituais que deve ser adotado – basicamente, para verificar se uma cidade é violenta, em especial, no tocante a criminalidade.

Esta tese é um novo referencial para aqueles que desejam refletir criticamente a segurança pública ao acrescentar também o olhar geográfico, ampliando a compreensão de

que a produção e a (des)organização do espaço se inter-relaciona com a violência, consequentemente, a criminalidade é apenas uma das fantasmagorias urbanas.

CONCLUSÃO

Se a realidade social se materializa no espaço num determinado momento histórico, consequentemente, a ação humana pode influenciar na modelagem espacial, com repercussões na paisagem.

A produção do espaço urbano como condição para a materialização dos fenômenos sociais da violência e da criminalidade não podem estes fenômenos ser estudadas como totalidades em si. Compreendê-los é tarefa que jamais se esgota, principalmente, quando inseridas num processo dialético que entrelaçam os conhecimentos da história, da demografia, da sociologia, da arquitetura, da geografia, da antropologia, etc.. "A violência, além de ser efeito, é também causa do aumento das tensões e desigualdades da cidade. Por um lado, ela incide e desqualifica áreas já desfavorecidas, principalmente as periferias" (ROLNIK, 2012, p. 68).

O espaço enquanto produto é condição da sociedade. Apropriado de diferentes maneiras ao longo do seu processo de desenvolvimento histórico-material produz as *fisiognomias urbanas*, com as feições da exclusão sócio-espacial, da expropriação da terra, da especulação imobiliária, da *"arquitetura militarizada"*, da desregulamentação da economia, da individualidade, da desvalorização e da desqualificação.

Flanar pelas diversas dimensões espaciais e temporais permitiu-nos compreender e refletir sobre as correlações da violência e da criminalidade com o espaço urbano. O poder/violência na produção e reprodução do espaço, muitas vezes, imperceptíveis, acabam limitando, bloqueando ou domesticando as relações sociais, consequentemente, "criam um espaço de visibilidade no qual o poder vê, sem ser visto" (RAFFESTIN, 1993, p. 39).

No sistema capitalista, o entrechoque entre os interesses de classes ou grupos sociais servem para moldar as relações sociais, cunhando as características e identidades das pessoas daquele território, fazendo com que "na territorialização do espaço, o espaço é tornado produto". Consequentemente, "as escalas sociais e espaciais representam uma territorialidade, que se manifesta no conjunto da produção, da troca e do consumo das coisas, e, portanto, cada território possui sua territorialidade única" (GALVÃO et al, 2009, p. 43).

Num primeiro momento, a produção do espaço territorial rio-clarense serviu

aos interesses do seu principal ator social - “os senhores da terra”. No decorrer da história, o “sistema territorial” foi sempre estruturado para atender os interesses e/ou “domesticar” os diversos segmentos, grupos ou classes sociais. Segundo Raffestin (1993, p. 151) as “tessituras, nós e redes que podem ser muito diferentes de uma sociedade para outra, mas estão sempre presentes”. Neste contexto, a produção do espaço geográfico é heterogênea e diferenciada em decorrência da participação diversificada dos homens. A sociedade de classes sociais exige que a produção espacial seja um contínuo processo de constituição (CARLOS, 1992).

Para Raffestin e Carlos encontramos em cada espaço diferenças de tempo, visto que o “desenvolvimento” não atinge instantaneamente a todos os lugares. No espaço urbano rio-clarense estas diferenças de tempo em que os bairros periféricos são arcaicos (agricultura de subsistência) enquanto que os bairros “nobres” estão no tempo da cibernética.

Compreender a produção do espaço urbano rio-clarense e as suas dinâmicas espaciais, com viés na criminalidade, obrigou-nos a confeccionar algumas bases cartográficas digitais que revelaram as aglomerações (nós) dos locais de crimes e de exclusão sócio-espacial. Revelou as bases cartográficas que a violência e a criminalidade são materializadas no espaço urbano num *“sistema territorial”,* com diferentes tessituras, nós e redes. Não ocorre homogeneidade na distribuição das diversas modalidades de crimes no espaço urbano rio-clarense, por exemplo, os crimes contra a vida seguem dinâmica espacial em direção aos bairros periféricos e os crimes contra o patrimônio em sentido inverso, com maior aglomeração e intensidade na região central.

Analisando o processo histórico sobre a expansão territorial do município de Rio Claro, sua matriz principal foi o sistema capitalista com o viés nas grandes lavouras. O processo expansionista do espaço urbano foi e é violento. A violência é reproduzida por inúmeras formas e maneiras, muitas vezes sutis, que vão da especulação imobiliária até as reformas *legais* impostas pelos Planos Diretores e as legislações municipais.

As estratégias expropriatórias do espaço urbano rio-clarense são sutis ou não, porém, seu paradigma é a expulsão dos pobres para os bairros periféricos. A segregação-espacial serve também para “controlar” os mais pobres e os “perigosos” nos distantes bairros periféricos, a exemplo do “Parque dos Monstros”, oficialmente *Jardim Terra Nova*. Aos pobres restou-lhes a inóspita *“terra nova”* reproduzindo o processo de expansão territorial da época dos *colonizadores,* expulsos para o interior do sertão.

Pejorativamente, os bairros segregados são quase sempre denominados de *“território da violência”*. Os territórios marcados pela exclusão sócio-espacial são os

territórios rio-clarenses dos homicídios e das prisões por tráfico de entorpecentes, consequentemente, é os locais preferencialmente *"escolhidos"* pela repressão policial.

O processo de inclusão/exclusão social produz normas de convivência entre as pessoas numa comunidade. Para Abranches (1994, p. 125-27) a quebra destas normas de convivência pode levar a eliminação da "barreira moral e legal entre pessoas honestas e bandidos, ela se torna uma fonte independente de reprodução das condições sociais e pessoais para a droga, a violência e o crime".

As complexas relações sociais e as inúmeras formas de violências institucionais são causas que repercutem diretamente nos processos anárquicos de produção do espaço urbano, além das anomias em que "o mandonismo característico das quadrilhas que tiranizam as periferias urbanas e as favelas, exercido fundamentalmente pela violência armada e pela intimidação física, sem qualquer resquício de legitimidade – é intrinsecamente criminoso" (ABRANCHES, 1994, p. 127), instituem territorialidades que atuam na forma espacial.

Este processo anárquico vem sendo reproduzido no espaço urbano rio-clarense, com as expansões territoriais que descumprem as exigências do regramento do parcelamento, ocupação e uso do solo urbano, como observamos no bairro *Terra Nova*, com graves anomias sociais impostas pelo crime organizado. Naquele território urbano, o tráfico de entorpecente instituiu uma territorialidade para servir aos seus interesses. São as "leituras ocultas" que os interesses histórico-políticos dos vencedores não desejam revelar.

Decifrar a "leitura oculta" da produção do espaço urbano rio-clarense exigiu que elaborássemos um aporte teórico-geográfico por meio da releitura das teorias benjaminianas, em especial, da sua dialética estruturada no trinômio: modernidade/metrópole/*fisiognomia*. A dialética benjaminiana e o seu método de montagem nos permitiu revelar as rugosidades[159] do espaço urbano rio-clarense.

O método benjaminiano da montagem de citações/imagens nos revelou a *fisiognomia* da cidade de Rio Claro/SP que adotou o paradigma da lógica e da arquitetura militarizada. As bases cartográficas digitais se constituíram numa "radiografia panorâmica" dos "espaços ocultos", decifrando as sua inúmeras tessituras, além de revelar as leituras ocultas da urbe rio-clarense.

A *fisiognomia* do espaço urbano rio-clarense reproduz um sistema de guetos, cujos bairros mais periféricos e os que estão nos seus entornos extremos são marcados por um

[159]Segundo a conceituação de Santos (1978), "as rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço".

processo de exclusão sócio-espacial, transformando-os num *hipergueto* composto por edificações de baixo padrão construtivo e os seus moradores vivem em estado pobreza ou miséria. Constatamos que as regras que organizam o espaço urbano rio-clarense se transformam em padrões de diferenciação social e de separação que são variáveis diante dos elementos culturais e históricos. Estas variáveis servem como "princípios" estruturantes da vida pública, além de indicar como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade (CALDEIRA, 2000, p. 211).

A flanerie pelo espaço urbano rio-clarense decifrou que a cidade adotou "o urbanismo militar contemporâneo que consiste na colonização crescente do espaço urbano e da vida cotidiana das cidades por uma racionalidade militar, vale dizer, por práticas e discursos que têm o centro a noção de guerra" *(MINHOTO, 2012).* Revelou também que até as unidades habitacionais dos bairros pobres da periferia, produzidas em série, são verdadeiras "fortalezas".

A paisagem urbana da cidade de Rio Claro/SP se transfigurou como espaço de consumo de mercadorias em que as moradias de interesse social servem primeiro aos interesses do lucrativo setor da construção civil e imobiliário, consequentemente "o espaço entre as pessoas não é mais político e sim da mercadoria" [160]. Neste processo de produção capitalista do espaço urbano a exclusão sócio-espacial é importante estratégia da produção/organização espacial que faz o uso da violência/poder para instituir/manter a des(organização) do espaço.

Consequentemente, a segurança e o embelezamento urbanístico são fundamentais como elemento de valorização imobiliária de um produto/mercadoria. Atendendo estes interesses do *mercado*, as organizações policiais são inseridas como importantes atores no processo de produção de espaço urbano. Na perspectiva benjaminiana, aquelas organizações transitam rapidamente da legalidade para a ilegalidade e vice-versa, com apoio dos demais setores estatais e da própria população, recalcando medos, rancores, ódios, inseguranças para ao final institucionalizar/manter "territórios inimigos", impondo fronteiras: "entre o cidadão e o *sub-cidadão*, o crime e o trabalho precário, o público e o privado, especialmente nas zonas urbanas de intersecção entre os enclaves fortificados do andar de cima e os enclaves – também muitas vezes fortificados – do andar de baixo" (MINHOTO, 2012)[161].

---

[160] Esta conclusão de que o espaço entre as pessoas deixou de ser político para restar somente à mercadoria foi elaborada por Silvana Pintaudi durante as nossas longas *"discussões"* acadêmicas, nestes últimos quatro anos.

[161]MINHOTO, L.D. ***A lógica do conflito urbano.*** São Paulo: Jornal O Estado de São Paulo, p. J3, edição de

> [...] algo que deixa raízes em nosso passado escravista e no "código do sertão" a ele associado, apresenta-se hoje como fenômeno mais complexo: ao mesmo tempo o laboratório e a ponta de lança de um novíssimo urbanismo militar, que se alimenta justamente da geografia de enclaves fortificados, da guerra securitária interna e da militarização das funções civis de segurança pública e tende a se disseminar por algumas das principais capitaisdo capitalismo global (MINHOTO, 2012).

Demonstrou o *flâneur* que a militarização das funções civis de segurança pública e o urbanismo militar são estratégias adotadas pelo capitalismo global. Na cidade de Rio Claro/SP foi esta estratégia percebida mais intensamente a partir dos anos de 1980, com a acentuada expansão territorial da cidade, optando-se pelas edificações seletivas por meio de condomínios verticais e horizontais – tantos do "andar de cima" como os "do andar de baixo".

Este processo fragmentou intensamente o espaço urbano rio-clarense produzindo imagens simbólicas de poder/violência que transformaram os bairros periféricos em verdadeiros *"territórios inimigos"*, fazendo crer que as suas populações são compostas maciçamente por marginais e criminosos, inculcando nas pessoas a desconfiança, a intolerância, a agressão e o sentimento coletivo de temor. O processo de segregação sócio-espacial vai se alastrando e "se combinando de modo particular às racionalidades próprias de outras esferas da vida social, como a econômica, a política, a jurídica e assim por diante" (MINHOTO, 2012).

Uma das consequências do processo de segregação sócio-espacial é a produção de retóricas (discursos ideológicos) de que o espaço urbano é um permanente cenário de guerra, acentuando a crença de que as organizações policiais – em determinadas ocasiões e situações, devem agir com força/violência "legal" para "combater" o crime, adotando-se "leis de emergência e mecanismos jurídicos de exceção, a 'gentrificação' do espaço público e a conversão de locais públicos e manifestações populares em praças de guerra" (MINHOTO, 2012) [162].

Este processo de militarizar o espaço urbano e os discursos totalitários somente retroalimenta a violência urbana, sem que efetivas políticas públicas multi-setoriais sejam adotadas na segurança pública, desde o planejamento dos espaços urbanos inclusivos, perpassando pela educação e saúde, culminando com as ações próprias de prevenção e repressão das organizações policiais.

14/10/2012.

[162] Se o processo de *gentrificação* tem por característica o *"enobrecimento"* do espaço público, não passou de estratégia utilizada no passado por Haussmman, na cidade de Paris, como também em cidades brasileiras com apelo *"sanitarista"*. O conteúdo do seu discurso é revitalizar áreas urbanas degradadas, porem, sempre trouxe de forma subliminar os interesses *ocultos* de privilegiar os interesses políticos e econômicos que favoreçam o capitalismo. Raramente, o processo de *gentrificação* é realizado nos bairros excluídos sócio-espacialmente, porém, quando acontece são imbricados de interesses ocultos da política e da economia.

Historicamente, o processo de urbanização da cidade de Rio Claro/SP sempre adotou a racionalidade militar, fazendo da *"guerra urbana"* e da *política habitacional* uma fantasmagoria que transformou o espaço urbano em rendoso negócio imobiliário, além de ampliar o espectro de negócios, dentre os quais: o desenvolvimento de novas tecnologias de controle, do automobilismo, do entretenimento com jogos bélicos, a formulação e a execução do planejamento urbano, etc.

> [...] trata-se de um processo histórico que parece se alimentar de uma homologia crescente entre estruturas sociais, arranjos institucionais e formas de consciência que tem em seu centro o amálgama entre guerra, política e negócio e, nessa medida, tende a inscrever a racionalidade militar no cotidiano das nossas cidades para muito além dos limites geográficos dos espaços nacionais (MINHOTO, 2012).

Flanar pelo espaço urbano rio-clarense permitiu-nos revelar sua *fisiognomia* – os enclaves fortificados que são ocupados por robôs *"domesticados".* Seu entorno é um hipergueto que também adotou as arquiteturas militarizadas, como forma de auto-segregação. É uma fantasmagórica silhueta urbana da barbárie imposta pela modernidade. É um aviso de iminente incêndio que necessita ser prevenido e evitado. Porém, mais do que controlar a criminalidade é fundamental ampliar a comunicação entre os indivíduos, repudiando todas as formas de estigmatizações, além da opção pela construção de espaços abertos comuns (BAUMAN, 2008).

O rosto *fisiognômico* dos imóveis urbanos rio-clarense tem a feição homogeneizada, com a moda das estações do ano, da arquitetura militarizada (enclaves fortificados). Suas fachadas são únicas: circundados por altos muros, portões indevassáveis e inúmeras tecnologias de segurança. Aniquilam os espaços dialógicos dos rio-clarenses e relegam a cultura da paz, principalmente, quando desqualificam o espaço público. O relacionamento interpessoal do rio-clarense é marcado pela "suspeita" ou que o outro é "perigoso", quando de outra classe ou grupo étnico-social. Adotam os rio-clarenses os discursos de "estado de exceção" para elaborar as políticas públicas de "enfrentamento ao crime".

Sobre a "estatística policial" as nossas considerações criticas transitaram desde os aspectos da ciência política até propriamente a estatística. Comprovamos que as estatísticas policiais não primam pelo mínimo rigor exigido cientificamente. Com os aportes teóricos benjaminianos desconstruímos a neutralidade das "estatísticas policiais" para realçar os seus interesses ideológicos. Neste contexto, a "estatística policial" da cidade de Rio Claro serviram ao menos para verificar *"o controle estatal"* sobre a sociedade e que a violência coloca em

risco o Estado Democrático de Direito que no Brasil se realizou apenas no campo formal[163].

A criminalidade na cidade de Rio Claro/SP é uma realidade gravíssima que contribui para a construção de inúmeras fronteiras internas ao território rio-clarense, contribuindo com o processo de segregação sócio-espacial, transformando-a numa cidade fractal. Em apenas três anos – de 2009 a 2011, foram registrados o total de 53.504 ocorrências policiais na cidade de Rio Claro/SP, com a prisão de 2.270 pessoas e na apreensão de 74 menores infratores. Chamamos a atenção para a subnotificação da criminalidade, visto que durante a I Conferência Municipal de Segurança Pública de Rio Claro, realizamos a pesquisa qualitativa que demonstrou que apenas 1/3 (um terço) das vitimas de crime fizeram a comunicação oficial às instituições policiais.

A América Latina é o local em que mais ocorrem homicídios no planeta. No ano de 2011, o Brasil registrou 41 mil homicídios, correspondendo a 112 pessoas mortas por dia, enquanto que no México foram 71 homicídios por dia.

Quais são as causas e circunstâncias de tantos homicídios?

"Mas há outros fatores menos evidentes e que não entendemos bem que influem sobre a sangrenta criminalidade latino-americana" (NAÍM, 2012). Esta pesquisa (tese) verificou de como a reprodução do espaço urbano se correlaciona com a criminalidade, portanto, estudou um *"dos fatores menos evidentes"*.

Na cidade de Rio Claro/SP, os homicídios apresentaram oscilações bruscas em suas quantidades nos últimos três decênios, ultrapassando, em alguns momentos, a média regional. Flanando pelos espaços urbanos rio-clarenses, o processo de segregação sócio-espacial comprovou que os locais de homicídios possui interface com a pobreza. A *fisiognomia* dos locais de homicídios são imóveis de baixo padrão construtivo ou terrenos baldios de bairros periféricos. Correlacionam com os locais de prisões por tráfico de entorpecentes.

Sobre os crimes de roubo a *"estatística policial"*, no período de 2007 a 2011, superou a média das cidades da sua região, da estadual e da nacional. O mesmo aconteceu com os crimes de furto/roubo de veículos que também superou a média estadual e nacional.

O roubo, na cidade de Rio Claro/SP, apresentou relação direta com as

[163] A democracia não passa de um fetiche político, visto que não passa de uma ilusão. Os últimos acontecimentos ocorridos no cenário internacional e nacional desconstroem a cada instante que a ordem política democrática seja honesta, visto que por natureza, são susceptíveis de corrupção decorrente de conchavos políticos e de *"caixas dois"*, além de coligações partidárias antagônicas, tudo para atender somente o *"poder"* político governante. Porém, ressaltamos que não existe outra melhor alternativa de regime político, como também os discursos totalitários elaborados com esta ênfase (corrupção e violência) não podem prosperar.

atividades econômicas e com as habitações de médio e elevado padrão construtivo, ou seja, o roubo tem por *fisiognomia espacial* os locais com atividade ou concentração de valores econômica. Os locais em que foram consumados, em sua maioria, adotaram as "arquiteturas militarizadas" que não serviram para obstaculizar aquela modalidade delitiva, visto que as vítimas foram subjugadas pelo elemento "surpresa".

A *fisiognomia* dos locais de furto/roubo de veículos apontou a preferencia pela região central e aos seus bairros limítrofes, além dos bairros próximos as rodovias e estradas. Está modalidade delitiva se prende a uma rede criminosa com "comando" em outras cidades.

Os crimes de entorpecentes, no período de 1993 a 2011, no espaço urbano rio-clarense sempre apresentou nível ascendente. Nestes três últimos anos, contrariando a tendência regional, apresentou declínio nas prisões em flagrante por tráfico de entorpecentes, afrontando a principal justificativa de são os traficantes os principais causadores do aumento substancial de homicídios no ano de 2011, segundo as organizações policiais estaduais.

As *"estatísticas policiais"* evidenciaram, na cidade de Rio Claro/SP, que a repressão ao tráfico de entorpecente não ultrapassou as "biqueiras". A *fisiognomia* dos locais daquela modalidade delitiva – na sua grande maioria, são imóveis de baixo padrão construtivo e localizados em "territórios marginalizados".

Resumidamente, a "estatística policial" apontou que cidade de Rio Claro/SP é uma cidade violenta se comparar as suas taxas anuais de homicídios, roubos e furto/roubo de veículos que superam a média regional, estadual e nacional.

Apresentamos alguns recortes sobre atos de incivilidades dos rio-clarenses que repercutem direta ou indiretamente sobre a criminalidade, em especial, a questão histórica do lixo urbano. No mesmo sentido, o desrespeito às normas de trânsito que resultam na média anual de três (3) mil acidentes. A quebra da normas de conduta é outra face da violência urbana.

Outro aspecto relevante desta pesquisa foi a confecção de bases cartográficas da especialização dos locais de crime violentos e que se transformaram em *"imagens dialéticas"*, permitindo-nos revelar as *fisiognomias e* as fantasmagóricas urbanas rio-clarenses.

Fazendo uso de montagens de recortes temporais e espaciais, de leituras de imagens dialéticas, construindo alegorias, transitando de maneira *"labiríntica"* por inúmeras disciplinas, revelamos a *fisiognomia* e as *fantasmagorias* dos espaços urbanos rio-clarenses que, avançaram também para desvelar as inúmeras *faces* da barbárie da modernidade.

Alertamos que a linguística de uma base cartográfica não são retratos acabados

de um único instante temporal de uma determinada espacialidade e, com os aportes teóricos benjaminianos, demonstramos as suas interpretações são relevantes para interpretar "sistemas de relações espaciais complexas".

As bases cartográficas revelaram outras "escritas confusas" ou "figuras obscuras" do espaço urbano rio-clarense, como exemplo, os efeitos das barreiras naturais e artificiais no processo de segregação sócio-espacial. Consequentemente, refletir dialeticamente as imagens que afloram das bases cartográficas, na critica lacostiana, leva-nos a uma visão da totalidade da "estratégia de conjunto" da (des)organização espacial com as suas "diversas operações táticas".

As imagens ofertadas pelas bases cartográficas são apenas referenciais de uma amostragem significativa, distante de representar a realidade e a totalidade dos fenômenos sociais do crime, visto que no período compreendido entre os anos de 2007 a 2011, referenciamos somente 3.647 locais dos crimes de roubo, furto/roubo de veículos e homicídio. No mesmo período, as instituições policiais registraram o total de 10.316 crimes daquelas modalidades. Se ampliarmos a série histórica para um período de dez anos (2002 a 2011), a polícia judiciaria rio-clarense registrou o total de 17.825 crimes daquelas modalidades delitivas, seria quase impossível sobrar algum espaço na base cartográfica digital da cidade de Rio Claro/SP que não fosse "cravejado" com um local de crime. A *"fisiognomia fantasmagórica"* seria de um borrão de tinta que a encobriria totalmente.

Num breve recorte temporal, foi também demonstrado que as Unidades Produtivas Agrícolas do município de Rio Claro/SP foram furtadas e roubas em maior proporção que os imóveis urbanos, motivado pelo *"novo rural"* que agregou sofisticadas tecnologias nas atividades agrícolas, além de acrescer valores naquelas propriedades.

Alegoricamente, construímos o conceito de "cidades constelares de criminalidade" para acrescentar na reflexão critica sobre a criminalidade e a violência as questões: das dinâmicas espaciais e das redes sociais em que são consumados aqueles fenômenos; da leitura da paisagem dos locais de incidência criminal; para compreender a territorialidade dos grupos existentes nos espaços urbanos e as suas correlações com a criminalidade, etc..

As formas do constelar da criminalidade num determinado espaço urbano e num determinado lapso temporal são representadas em bases cartográficas, com seus incontáveis "pontos quentes" (luminosos) dos locais de crime, adquirem a forma alegórica dos conjuntos de estrelas – as constelações (constelares). Estas cartografias se transformam numa "radiografia panorâmica" que nos permite adentrar as suas entranhas, muito além das

superficialidades, para compreende os fenômenos sociais e as suas correlações com o espaço geográfico. Os *hotspots* dos crimes são imagens dialéticas que revelam "as figuras ocultas" ou a "escrita secreta" da criminalidade.

Conceituamos a *cidade constelar de criminalidade* como sendo os espaços urbanos com incidência de crime que superam a média regional ou nacional ou internacional, distribuídos por todo ou em grande parte do seu espaço urbano, capaz de modificar a sua paisagem, além de produzir reflexos negativos à qualidade de vida dos seus habitantes. Portanto, a *cidade constelar de crime* é uma cidade violenta (em seu aspecto negativo) e o crime em profusão acontece a todo instante, passando a se constituir num elemento do seu cotidiano, transformando a paisagem urbana para uma *fisiognomia* da *racionalidade da guerra* em que predominam as arquiteturas fortificadas por todo o seu território, acentuando o processo de segregação sócio-espacial, recrudescendo ainda mais o sentimento de insegurança e medo, com reflexos diretos na saúde pública com o aumento do atendimento de pessoas nos serviços de saúde mental.

No espaço urbano da *cidade constelar de criminalidade* são privilegiadas as *geografias securitárias* que acentua nos seus diversos territórios a forte diferenciação social e cultural, porém, a riqueza e a exclusão se acotovelam e institui/mantem novas formas legais e ilegais de governança, sob o viés preferencial da segurança, objetivando o controle social num espaço composto por multidiversidades. Este é um processo de *globalização negativa* que oferece a proteção na forma de não liberdade.

A realidade e o imaginário coletivo do rio-clarense evidenciaram algumas situações e sentimentos, a saber: os bairros são inseguros; a cidade é violenta; o crime está próximo de suas residências; são potenciais vítimas de crime; convivem com pessoas armadas; evitam passar por alguns lugares da cidade; as praças e ruas são inseguras; o recrudescimento das leis e suas penas são ainda a melhor forma de se *"combater"* o crime; a maior parcela da população já sofreu algum tipo de violência ou foi vítima de crime; a criminalidade faz parte do seu cotidiano, portanto, fazem parte de uma *"fobópole"*.

Pesquisa realizada junto a Fundação Municipal de Saúde de Rio Claro demonstrou que significativa parcela da população está doente psiquicamente e que a cada ano evolui a quantidade de pessoas com sofrimento mental ou psíquico. O medo e o sentimento de insegurança são uma poderosa *fantasmagoria* a serviço da indústria farmacêutica, transformando-as em mercadorias - "remédios".

Revelamos que a morbidade no espaço urbano rio-clarense si relacionam, majoritariamente, com as causas externas de morbidade e mortalidade e com as doenças

relacionadas ao aparelho circulatório, em especial, os enfartos do miocárdio ou acidentes vasculares celebrais, provenientes do estresse e do *modus vivendi* imposto pela sociedade capitalista. São estas as principais vilã da morbidade do rio-clarense. Portanto, na adolescência e juventude a principal *causa mortis* do rio-clarense são as causas externas, ou seja, os homicídios, acidentes de trânsito, acidentes de trabalho e suicídios.

No aspecto histórico, o "processo civilizatório" da cidade de Rio Claro/SP recebeu forte influência do sistema capitalista de grande lavoura que repercutiu diretamente no seu processo de expansão territorial. No período de 1820 a 1920, a região da cidade de Rio Claro foi marcada por um período de extrema beligerância e violência. "A taxa de crime de morte no interior de São Paulo em 1835 foi de 32 por mil, e no distrito que incluía Rio Claro alcançou, naquele ano, o número espantoso de 176 por mil" (DEAN, 1977, p. 36). As fraudes foi fundante da ocupação territorial e da cultura rio-clarense. A primeira sesmaria doada a José Ignácio Ribeiro Ferreira, na região de Rio Claro/SP, aconteceu por meios fraudulentamente. Este processo violento e fraudulento, muitas vezes sutis, da produção do espaço rio-clarense se enraizou até os tempos atuais. Se outrora, a escravidão era mantida com muita violência, bem como inúmeras formas de fraudes foram materializadas para obter títulos dominiais dos escravos, atualmente, o expediente da fraude é consumado quando títulos dominiais são forjados para legalizar empreendimentos imobiliários ou até para fraudar as delimitações das áreas de proteção ambiental.

> A reprodução do espaço enquanto produto social é produto histórico e, ao mesmo tempo, realidade presente e imediata. Este se realiza no cotidiano social e apenas como forma de ocupação e/ou utilização de determinado lugar, num momento específico – revelando a dimensão do lugar como espaço-tempo da prática socioespacial (CARLOS, 2011a, p. 68).

Decifrou Benjamin que a cidade contemporânea é espaço de experiência sensorial e intelectual da Modernidade. É possível fazer a leitura de *"uma cidade como escrita"*, seus símbolos (sinais, letreiros, monumentos, cartazes, outdoors, etc.). O flanar no espaço urbano demonstrou que a cidade não é somente o espaço geográfico, mas também a sua história.

A nossa contribuição foi apresentar a releitura dos aportes teóricos de Walter Benjamin no contexto atual do pensamento geográfico brasileiro, ou seja, apresentamos a "geografização" de suas teorias. A produção/reprodução dos espaços urbanos, no final do século XIX e início do século XX, diante das transformações econômicas promovidas pela produção em série e de excedentes de mercadorias, exigiu sofisticados mecanismos para expô-las em grandes espaços aos consumidores e que estes pudessem

perambular entre elas.

As transformações espaciais urbanas impostas pelo sistema produtivo de excedentes exigem constantes destruições/construções no espaço urbano. Para escoar a produção de excedentes a cidade passou a ser estruturada como um sistema integrado em que a noção de fixidez foi substituída pela noção de fluidez, portanto, tudo se desmancha perante o capitalismo. Os espaços fluidos, para Benjamin, se reproduzem assentados na estética do caos em que a destruição/construção faz parte do processo da urbanização capitalista.

Na economia globalizada a destruição é um prazer estético de primeira ordem, segundo Benjamin (1994). A fluidez não permite que os objetos sejam únicos, sem exceção, qualquer objeto pode ser reproduzido na sociedade pós-industrial – quer no espaço real ou virtual. O capitalismo impõe as desregulamentações espaciais para transformar o espaço urbano em mera mercadoria, substituível por "novos espaços".

É neste contexto que Benjamin revelou a *fisiognomia* da cidade moderna como sendo o espaço de corporificação da Modernidade. O capitalismo contemporâneo produz o *phantasmas-ágora* em que a política se confunde com a economia para que nada mais escape as determinações do mercado. Revelou também que o militarismo tem uma compulsão pelo uso generalizado da violência como meio de garantir os interesses do Estado. Como já dito, o Estado atualmente não passa de um mero agente do "mercado", portanto, é neste contexto que a cidade de Rio Claro/SP *"optou" por um "urbanismo militarizado".*

O amago da critica benjaminiana sobre a violência recai na ambiguidade semântica da palavra alemã *"gewalt",* cujo significado serve tanto para violência como para poder. Benjamin comprovou que violência/poder são da mesma essência e natureza. Portanto, se o poder/violência serve para instituir/manter o Direito e este é a representação ideológica não só do Estado como também de grupo ou classe de pessoas, a referida critica ampliou sua aplicação para outras disciplinas da ciência, como a Geografia, considerando que o espaço urbano, os territórios e as territorialidades são também instituídos ou mantidos por meio de poder/violência e pelos discursos ideológicos – as legislações.

Em seu ensaio *Nápoles*, em coautoria com Asja Lacis, apresentou a leitura da "legalidade das imagens" daquela cidade europeia, permitindo-lhe antever o esboço de um retrato de miséria e crime, com a sua camorra, composta por criminosos que evitavam frequentar os bairros ocupados pela polícia e as suas estruturas criminosas se assentavam nas periferias, como ocorre atualmente em quase todas as cidades brasileiras.

O método benjaminiano propõe que para decifrar e compreender "as imagens ocultas" de uma cidade é necessário se perder no seu espaço urbano para que se possa então

encontrar os seus verdadeiros significados. A critica benjaminiana decifrou que na cidade o poder é imperceptível, porém, é a violência que dita às decisões e as ordens.

Propôs Benjamin que a cidade enquanto espaço não compreendido ou perdido no tempo deve ser estudado como morfologias urbanas, motivo pelo qual retornamos ao passado histórico da cidade de Rio Claro/SP com a finalidade precípua de compreendermos as entranhas de suas fantasmagorias, das suas contradições e dos sonhos oníricos impostos pelo progresso. A nossa releitura da história da produção do espaço urbano objetivou contribuir par com o despertar dos hipnotizados, provocando-lhes um *choque* que lhes permitam iniciar um processo de tomada de consciência como ato inicial de uma "revolução" que interrompa a moderna barbárie.

O método benjaminiano nos permitiu que do pequeno recorte de um bairro rio-clarense fizéssemos a leitura da totalidade da cidade, desvelando sua face "oculta". O espaço urbano rio-clarense se apresenta como um local catastrófico e marcado pela barbárie, portanto, é a cidade horripilante em que a história da *"modernidade"* se traduz pela "máscara" da criminalidade.

Para Benjamin, o espaço urbano é o local de uniformidade e de isolamento, consequentemente, o local de estrangeiros em os vizinhos sequer se conhece. É também espaço de fluidez que exige destruição/construção, corrupção, deterioração, degradação, fragilidade de valores, etc. A cidade se fragiliza e a *fisiognomia* da sua multidão é composta por rostos deprimidos e melancólicos.

Com os aportes teóricos benjaminianos foi possível revelar que o espaço urbano rio-clarense é também espaço da violência, da criminalidade, da doença psíquica, da exclusão sócio-ambiental, etc.. O espaço urbano é condição para suas materializações o que leva a se transformar também em mercadoria – a fantasmagoria.

> Em síntese, as relações sociais ocorrem num lugar determinado sem o qual não se concretizam, num tempo fixado ou determinado que marcaria a duração da ação. Essa prática realiza-se no plano do lugar e expõe a realização da vida humana nos atos da vida cotidiana, enquanto modo de apropriação que se realiza através das formas e personalidades da apropriação e uso dos espaços-tempos no interior da vida cotidiana. [...] Por esse motivo, significa afirmar que os acessos aos lugares condicionantes do uso encontram-se submetidos à forma mercantil da mercadoria, enquanto seu acesso se define no mercado, posto que o espaço é produzido e reproduzido enquanto mercadoria reprodutível, uma vez que o desenvolvimento do capitalismo transforma todos os bens e produtos em mercadoria (CARLOS, 2011b, p. 59).

A crítica da violência elaborada por Benjamin contribui para delimitar o objeto de estudo da *geografia da violência*, visto que poder/violência são instituinte/mantenedor dos

espaços urbanos, com seus territórios e territorialidades. A *geografia da violência* interpreta a paisagem dos locais de violência e criminalidade, a *leitura* das territorialidades dos grupos existentes nos espaços urbanos marcados pela violência e criminalidade, a espacialidade dos locais de violência e crime e suas correlações com os demais fenômenos sociais, em especial, o medo e o sentimento de insegurança, além de suas implicações geopolíticas.

O recorte espacial circunscrito ao espaço urbano rio-clarense serviu para construirmos um arcabouço teórico-sistêmico geográfico que nos permitiu estruturar uma reflexão critica capaz de apontar se uma cidade é violenta ou não. Este processo reflexivo é complexo o que nos demandou construir um aporte científico que adotasse alguns critérios mínimos, a saber: a) analisar e elaborar releitura do *"processo civilizatório"* da cidade, em especial, do seu processo de produção do espaço urbano e de sua expansão territorial; b) decifrar o processo de urbanização, perpassando pela sua paisagem, a forma arquitetônica dos imóveis e dos seus bairros, além dos processos de segregação sócio-espacial; c) a leitura dos espaços simbólicos compostos pelos inúmeros discursos ideológicos, desde suas legislações, seu processo histórico, seus monumentos, suas placas, outdoors, etc.; d) a interpretação dialética das imagens do espaço urbano, principalmente, a cartografia da espacialidade do crime e da violência; e) refletir e planejar com olhares multidisciplinaridade o espaço; f) adotar metodologia e método científico no processo analítico-reflexivo do espaço.

Somente após este caminhar por diversas disciplinas, num processo analítico-sistêmico, é que o geografo poderá apontar com elementos científicos se uma cidade é ou não violenta, abandonando, definitivamente, as colocações despidas de um rigor científico ou interpretações restritivas, fazendo crer que a violência e a criminalidade são fenômenos sociais que podem ser analisados isoladamente.

O *"flâneur"* decifrou no conjunto de imagens dialéticas (estatísticas, mapas, fotografias, noticias jornalísticas, etc.) de que quanto mais partido é o espaço urbano rio-clarense, mais violenta fica a cidade, inclusive, com o aumento da criminalidade. A estigmatização sócio-espacial (pobreza, cor de pele, falta de emprego, drogadição, etc.) contribuiu para a exacerbação da violência entre os habitantes citadinos, fato também observado na cidade de Rio Claro. Está fragmentação do espaço urbano produz inúmeros territórios com características próprias e excludentes, favorecendo a criminalidade e ao mesmo tempo promove o enfraquecimento da sociedade.

Segundo Gomes (2005) a criminalidade é multiforme e crescente, penetrando na estrutura social por meio das inúmeras oportunidades existentes no espaço urbano, desde os espaços ocupados de forma irregular (como invasões) como também os espaços murados

(condomínios fechados). São formas espaciais que promovem o afastamento entre territórios e que aprofundam o processo de segregação sócio-espacial.

Flanando pela cidade de Rio Claro percebemos que ela está partida, "cravada por muros visíveis e invisíveis que a esgarçam em guetos e fortalezas, sitiando-a e transformando seus espaços públicos em praças de guerra" *(ROLNIK, 2012, p.10).* A exclusão territorial na cidade de Rio Claro produziu uma cidade dualizada que se expressa na imagem centro/periferia, confirmando a reflexão de Rolnik (2012, p. 76-7) de que os padrões de territorialização da exclusão/inclusão social transformam a cidade em mosaico, cujo resultado é a "fragmentação sócio-territorial da cidade, que compartimentaliza os espaços, promovendo uma vida urbana confinada em geografias controladas, protegidas ou vulneráveis, de alta e baixa renda". "A cidade fractal é assim uma anticidade".

> *As fronteiras internas, que agora assumiram a materialidade física dos muros, grades e guaritas, sitiaram a cidade e confinaram os cidadãos a uma vida apenas entre familiares e iguais. A cidade fractal é assim uma anticidade, que se debate para estabelecer bases de novos padrões de urbanidade, fundados na negação da Fpotencia. [...] fantasmática aparece ameaçadora nas telas dos circuitos fechados da vigilância privada, utilizados para controlar os acessos de indesejados e evitar possíveis roubos e ataques exteriores, fazendo de cada fragmento urbano uma fortaleza, sitiada peal violência objetiva e subjetiva (ROLNIK, 2012, p. 77).*

A cidade é das mais antigas invenções humanas e em permanente estado de reinvenção, assegurando-lhe uma perenidade. Flanar pelo espaço urbano rio-clarense e decifrar sua paisagem permitiu-nos constatar que os primeiros assentamentos com poucas pessoas se transformou numa cidade e, recentemente, foi reinventada como uma *"cidade fractal"* com os seus inúmeros guetos e fortalezas, cuja multidão perambula melancolicamente por suas ruas e avenidas.

A presente tese é também um "aviso de incêndio" que clama pela necessidade de corrigir os rumos da cidade de Rio Claro, principalmente, rompendo com a *racionalidade da guerra* e do *urbanismo militarizado.* A cidade fractal rio-clarense é injusta socialmente ao permitir concentração de renda que impõe a pobreza a considerável parcela da sua população.

Seu planejamento urbano não pode se restringir tão somente ao seu zoneamento espacial "funcionalista", acreditando ser suficiente para garantir o "desenvolvimento sustentável". O espaço urbano rio-clarense deve privilegiar os espaços inclusivos e não estimular a construção de condomínios fechados, independente do seu padrão construtivo. A quebra paradigmática para adotar os princípios éticos assentados na coletividade, na cordialidade, na civilidade, na urbanidade, na coesão e do respeito ao outro como destinatário de direitos e garantias fundamentais, repercutirá de forma positiva na

qualidade de vida do rio-clarense. O condomínio fechado é uma privatização do espaço e, no espaço urbano rio-clarense, os últimos empreendimentos imobiliários (residenciais, comerciais, empresariais e industriais) optaram preferencialmente pelos enclaves fortificados. É uma cidade "privatista" e "privatizada".

Constamos no conjunto de imagens dialéticas desta pesquisa que o incremento da construção de condomínios, a partir dos anos de 1990 na cidade de Rio Claro, coincidiu com o aumento acentuado da violência e criminalidade no seu espaço urbano. Consequentemente, os processos de integração sócio-espacial são políticas públicas fundamentais para a redução da violência e da criminalidade. Defendemos que todo empreendimento habitacional de alto padrão construtivo deveria compulsoriamente produzir habitação de interesse social no seu interior ou entorno, garantindo, assim, a sociabilização das diversas classes sociais.

A cidade de Rio Claro está sendo equivocadamente planejada quando se privilegia os interesses imobiliários e as administrações públicas se curvam ao processo urbano excludente, expulsando os "pobres" para distantes periferias e os transformam em "perigosos". A alternativa é qualificar o espaço da região central e dos seus bairros limítrofes para abrigar sustentável densidade habitacional com diversas classes sociais.

Atualmente, as cidades devem ser planejadas levando em consideração um limite de densidade populacional circunscrito num determinado espaço, evitando-se expansionismos desnecessários que, inevitavelmente, encarecem a gestão pública, quer com infraestrutura (água, esgoto, iluminação, etc.) ou com serviços públicos (creches, escolas, postos de saúde, etc.).

Refletir e planejar sobre a melhoria da qualidade de vida na cidade perpassa também pelas questões da segurança pública. A "sustentabilidade ambiental" do espaço urbano depende que seja ele plural, oferecendo "espaços públicos mais generosos e qualificados e zonas em que se misturem residências, serviços e comércio, será uma cidade mais segura" (SALLES, 2012, p. J6). É justamente o que não vem sendo planejado ou feito no espaço urbano rio-clarense.

Dialogar com o espaço urbano rio-clarense é como compor "uma tapeçaria sonora, visual e tátil, vislumbrando a diversidade idiossincrática de seus habitantes, sua arquitetura, seu códigos cotidianos. Conversar com tudo isso é abraçar o caos e se emocionar com o estranhamento" (CANTON, 2009, p. 22-3).

Perambulando pelo espaço urbano rio-clarense percebemos que o mesmo é produto, condição e meio das relações sociais que se estabelecem entre os homens para

apropriar da natureza. A apropriação se realiza através do trabalho, moldado pelo sistema de produção capitalista.

Flanar pela cidade de Rio Claro/SP e reler as imagens e citações – num mosaico dialético, nos permitiu examinar a sua morfologia, decifrar suas sociabilidades e mobilidades, revelar as sócio-espacialidades da segregação, as suas mitologias e simbologias, a interpretar suas escritas ocultas, para ao final, compreender que a sua *fisiognomia* tem a face da *barbárie contemporânea* e que a violência e a criminalidade se transformaram numa fantasmagoria que transita entre a mercadoria e a realidade do cotidiano rio-clarense.